



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

SUSTENTABILIDADE E ALIMENTAÇÃO: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVENCIA

Carlos Lopatiuk, Universidade Estadual de Ponta Grossa, carloslopatiuk@yahoo.com.br
Carla Emanuele Lopatiuk, Unifaj - Centro Universitário De Jaguariúna, clopatuk@gmail.com

Resumo

O sistema de produção atual não favorece a sustentabilidade na produção de alimentos. O Direito a alimentação é insubstituível a todos à medida que nos fornece os nutrientes, mas em um sistema de monoculturas, as produções são direcionadas para fora do país. Pensando nisto, a questão de pesquisa versa sobre a sobrevivência no planeta terra. Por conta deste modo atual de produção, esta cada vez mais difícil alimentar todos os habitantes de uma forma saudável. Há diversas questões como a pobreza, sistema capitalista e desperdício de alimentos. Para tal, tem-se o objetivo geral abordar a relação da sustentabilidade com a alimentação e os objetivos específicos sendo abordar o panorama atual da alimentação devido à pandemia e a crise econômica, a importância de a segurança alimentar e conceituar e classificar a alimentação sustentável. Para atingir os objetivos, a metodologia pesquisa bibliográfica foi escolhida, pois se adéqua melhor a esta pesquisa. Como resultado, constatou-se que para a produção sustentável necessita-se de um bom gerenciamento ecológico de todos os recursos naturais e o fim do sistema da monocultura.

Palavras-chave: Alimentação, Sustentabilidade, Monocultura, Segurança Alimentar.

1. Introdução

Atualmente, a sustentabilidade alimentar é uma questão de sobrevivência. O direito à alimentação adequada é alienável, ou seja, insubstituível, à medida que todos os seres humanos precisam se alimentar. Porém o sistema de produção Capitalista exploratório faz com que monoculturas sejam plantadas visando à exportação enquanto seus países de origem ficam sem alimentos.

A questão de pesquisa envolve a sobrevivência no planeta terra. É possível a agricultura fornecer alimentação a todos os habitantes da terra? Por conta deste modo de produção atual, está cada vez mais difícil levar alimentação a casa de todas as pessoas. Ainda existem outras questões que interpelam o problema original como a pobreza, o sistema capitalista e o desperdício de alimentos. Em 2050, a população da Terra deverá chegar a 9 bilhões de pessoas¹. Atualmente já é difícil alimentar 6 bilhões.

¹ Para mais informações leia a matéria das Nações Unidas disponível em: < [1](https://brasil.un.org/pt-br/83427-populacao-mundial-deve-chegar-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu#:~:text=relat%C3%B3rio%20da%20ONU-Popula%C3%A7%C3%A3o%20mundial%20deve%20chegar%20a%209%2C7%20bilh%C3%B5es%20de%20pessoas.2050%2C%20diz%20relat%C3%B3rio%20da%20ONU&text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20mundial%20deve%20crescer.segunda%2Dfeira%20(17) ></p></div><div data-bbox=)



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

O objetivo geral da pesquisa é abordar a relação da sustentabilidade com a alimentação. Para tal, têm-se os objetivos específicos: a) Conceituar e classificar a alimentação sustentável; b) abordar o panorama atual da alimentação devido à pandemia e a crise econômica; c) declarar a importância da segurança alimentar.

Este trabalho se justifica no atual momento de pandemia do vírus SARS-CoV-2 em que muitas pessoas passam fome, seja por conta da perda de empregos ou por morarem em locais com estiagem. Qual a melhor forma de levar alimentação saudável a estas pessoas? Um sistema sustentável ou uma monocultura exploratória visando à exportação? Este trabalho busca compreender estas questões.

2. Fundamentação teórica

A alimentação saudável deve ser uma preocupação também do Estado que necessita garantir a sociedade um acesso a alimentos de qualidade. Visando a melhoria do acesso a população, o Governo Federal, através do Ministério da Saúde lançou uma política em 1999 chamada de *Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)*, que visa proteger, lançar políticas públicas e promover a alimentação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p.9). Também, é assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos onde diz que a alimentação é um direito humano.

Segundo a política do Ministério da Saúde, a alimentação e nutrição são essenciais e elementos básicos para a “promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, P.10).

Mas nem sempre houve esta preocupação com a saúde e a qualidade da alimentação. Até os anos 80, este assunto não era discutido no Brasil. Somente em 2010 que o direito à alimentação foi descrito como um direito social na Emenda Constituição de número 64 e incorporada no artigo 6º da Constituição Federal. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2010).

Sustentabilidade

A sustentabilidade também é um conceito relativamente novo. Até meados dos anos 80, o sistema de exploração de trabalho se firmava na exploração dos recursos naturais, pensando sempre que estes eram infinitos e recuperáveis. Os debates envolvendo um crescimento sustentável se iniciaram e possibilitaram a mudança de sistema, visando uma técnica que não agredisse o meio ambiente. Tal preocupação ambiental, já vinha sendo discutida antes na década de 60.

Quando os agrotóxicos surgiram, pensou-se que eles eram a solução para a fome que o mundo pós guerra passava, mas o uso indiscriminado destes produtos fez muito mal a saúde e os pesquisadores começaram a alertar a população. O uso de agrotóxicos ainda é forte, mas nos últimos anos vem sendo abolido, principalmente pela população que procura opções or-



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

gânicas mais saudáveis e países que proíbem a exportação de alimentos com determinados agrotóxicos.

Hoje, o mundo ainda não está em um patamar totalmente sustentável. O modelo de exploração que ainda é utilizado visa sempre a máxima produtividade que acaba explorando os recursos de uma forma que gera desperdício e impactos negativos no meio ambiente. A monocultura utilizada na agricultura é uma das principais formas de degradação do solo e é utilizada em larga escala. Atualmente, vários ecossistemas estão fragilizados devido a este modo de exploração.

As conseqüências deste modo de exploração são visíveis. Para utilizar uma grande extensão de terra, os agricultores utilizam de ferramentas como queimadas, destruição de matas nativas, fertilizantes e agrotóxicos que agridem a terra. A segurança alimentar desta forma é prejudicado à medida que os agrotóxicos utilizados prejudicam a saúde. Outro fator também é pertinente, a maioria dos produtos gerados da monocultura é exportada fazendo com que a população fique sem aqueles alimentos.

Este modo de produção é resultado da globalização econômica, que também visa à humanização da produção dos alimentos e degradando a vida da população (LEFF, 2001). Segundo Morin (2013, p.269) o “problema da agricultura é de âmbito planetário, indissociável do problema da água, da demografia, da urbanização, de ecologia (mudanças climáticas), bem como, sem dúvida, o da alimentação”.

Alimentação Adequada

A alimentação adequada é essencial a vida humana à medida que necessitamos de nutrientes para viver. Porém, o modo de vida atual favorece que refeições que não são saudáveis sejam feitas em um ambiente longe do lar “Em 2009, 16% das calorias foram oriundas da alimentação fora de casa. Esta é composta, na maioria dos casos, por alimentos industrializados e ultra-processados como refrigerantes, cerveja, sanduíches, salgados e salgadinhos industrializados, imprimindo um padrão de alimentação que, muitas vezes, é repetido no domicílio. (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2012, p.15). Desta forma, o acesso a alimentação adequada nos tempos atuais é dificultada.

Em 1999, A Política Nacional de Alimentação e Nutrição foi aprovada, como já discutido neste artigo. A alimentação foi entendida neste momento como um direito humano básico e tenta incluir diretrizes para toda a população contribuindo sempre com a melhora da saúde. Além destas políticas públicas, o Brasil também vem emplacando algumas políticas públicas direcionadas a alimentação adequada, ou seja, com nutrientes. Porém não há uma sistematização destas ações, embora exista o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) que foi criado pela Lei nº 11.346 de 2006.

O SISAN assegura aos cidadãos o direito a alimentação adequada através de seus dispositivos legais entre eles:

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição de alimentos, incluindo-se a água, bem como das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; (BRASIL, 2006)

Em 2017, visando melhorar o plano de alimentação, novas pesquisas se iniciaram para a atualização da política. As diretrizes, ou seja, o funcionamento do órgão é baseado em vigilância, prevenção e o cuidado de problemas que sejam decorrentes de uma má alimentação.

Segurança Alimentar

A terminologia Segurança Alimentar surge após a Primeira Guerra Mundial, que aconteceu entre os anos de 1914 a 1918, na Europa. Se entendia por Segurança Alimentar a capacidade do país de se auto sustentar e proteger suas produções, sem precisar de auxílio externo e sem sofrer boicotes ou cercos militares de outros países. Após a Segunda Guerra Mundial é que este conceito é consolidado com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1945.

Após as grandes guerras, o mundo passou por uma grave crise econômica e um período de insegurança alimentar que fez com que teóricos do assunto entendessem que aquela situação era criada por falta de alimentos nos países, principalmente nos países pobres. Foi nesta época que, visando acabar com este problema, surgiu a Revolução verde. Uma revolução tecnológica focada em aumentar a produção de alimentos.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 1948)



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Já a alimentação é um direito a vida e não pode ser negado porque negar uma alimentação segura é negar a cidadania de cada pessoa (MALUF, et al 1996).

No Brasil, apenas em 1980 surge o termo Segurança Alimentar. Em 1985, o Ministério da Agricultura lança a proposta *Política Nacional de Segurança Alimentar* visando à auto-suficiência de produção nacional e em uma tentativa de erradicar a fome. É nesta época que surge o Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Posterior a este movimento, em 1990, surge um conceito mais consolidado do que é Segurança Alimentar. Há um entendimento de quais alimentos são seguros, livre de agrotóxicos e sem contaminações químicas. Também há uma busca por maior qualidade ao invés de maior produção. Os conceitos de sustentabilidade também são incorporados na agricultura.

Atualmente há uma tentativa de incorporar a produção com a qualidade dos produtos, visando sempre seu valor nutricional. A partir do momento em que a alimentação é tida como um direito foi necessário a incorporação da participação da sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas direcionadas. Afinal de contas, a população é a maior interessada em obter alimentos de qualidade satisfatória e nutricional.

Cabe então ao Estado garantir que todos conseguiram obter alimentos seguros, sem que haja perda em outras necessidades básicas. Por exemplo, um pai de família não pode deixar de comprar remédios para comprar alimentos mais saudáveis a medida que ele tem acesso garantido aos dois na Constituição e logo cabe ao Estado viabilizar formas dele obter os dois direitos.

Sustentabilidade alimentar

A alimentação não nos provem somente energia, mas nos integra com outros seres humanos que estão realizando a refeição, portanto é também um ato cultural e humano. Na hora do almoço, no jantar, as interações acontecem formando laços familiares. Uma comida típica de uma família de imigrantes expressa um ato de lembrar e rememorar. Se alimentar é um ato de se dar valor, para além apenas do ato biológico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p.22).

Por isto é tão importante se discutir sustentabilidade alimentar à medida que o alimento não é apenas uma energia vital ao corpo. A sustentabilidade, como já vista neste artigo, visa sempre o uso dos recursos naturais de uma forma que não impacte na natureza. Desta forma, a sustentabilidade com enfoque na alimentação visa produzir alimentos de forma sustentável e consumir alimentos de forma sustentável, ou seja, os produtores e consumidores devem ter esta responsabilidade nas mãos.

A Comissão Europeia, que ocorreu em 2020, tratou sobre impactos climáticos e como isto degrada o meio ambiente, impossibilitando uma exploração saudável dos recursos naturais. A Comissão lançou um “Pacto Ecológico Europeu” com o objetivo de tornar sustentável a produção de alimentos, entre outros.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

A sustentabilidade se mostra necessária a partir do momento em que há uma possibilidade, em um futuro próximo, de o planeta estar habitado com 9 bilhões de habitantes no ano de 2050. É possível alimentar a todos sem degradar a natureza em seu limite máximo? (Conte; Boff, 2013). Por isto surgem iniciativas que visam a sustentabilidade, levando em conta uma alimentação de qualidade e a formação de saúde na população.

Panorama atual da alimentação devido à pandemia e a crise econômica

Com a pandemia de Covid-19 foi necessário a implementação de isolamento social. Os restaurantes diminuíram suas capacidades, chegando até em alguns momentos fechar completamente. A preparação dos alimentos mudou, adotando sempre novas estratégias.

Muitas pessoas adotaram ao *delivery* de alimentos e lanches prontos ou passaram a se alimentar mais em casa. Algumas pessoas não tiveram acesso aos *deliverys*. Aqueles que não utilizam os *deliverys*, precisam ir até o supermercado, mas esta saída pode ser perigosa. A higienização das mãos, o isolamento social, a higienização dos produtos que são comprados, todos estes itens fazem parte do novo cotidiano.

Há ainda casos de pessoas que entraram na chamada Insegurança Alimentar. Aqueles que estão em situação de insegurança alimentar podem sofrer de restrições calóricas que levam a perda de peso.

A pandemia aumentou os números daqueles que não tem alimentação o suficiente para se sentirem seguros.

Do total de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões conviviam com algum grau de IA (leve, moderada ou grave). Destes, 43,4 milhões não contavam com alimentos em quantidade suficiente para atender suas necessidades (IA moderada ou grave). Tiveram que conviver e enfrentar a fome, 19 milhões de brasileiros(as). (VIGISAN, 2021, p.35)

O acesso a uma boa alimentação aumenta a imunidade e conseqüentemente possibilita um maior combate ao vírus. Com a diminuição dos empregos, salários e rendimentos, a procura por alimentos processados e ultraprocessados aumentou já que eles têm menor preço, são práticos e de fácil (OLIVEIRA et al, 2020).

A recessão econômica afetou todos os países em meio à pandemia. Aqueles que vivem a margem da sociedade são os mais prejudicados e os que historicamente têm menos acesso a alimentos variados. Aqueles que moram em áreas de risco, como grandes conglomerados populacionais, são mais afetados e contagiados pelo vírus devido à proximidade. Nestas áreas também há o maior índice de desemprego, que faz com que a Insegurança Alimentar se eleve.

Desta forma, há alguns grupos sociais que se sentiam seguros antes da pandemia, mas que agora se sentem inseguros quanto a questão alimentar devido as saídas de casa, ao desemprego, as compras por *delivery* e a preparação em restaurantes.

A nutrição determina a saúde. A alimentação adequada é muito importante, mas ela é influenciada por fatores sociais e econômicos (OPAS, 2019).



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

3. Metodologia

A metodologia se apresenta como pesquisa bibliográfica e documental. “A pesquisa bibliográfica é uma das etapas da investigação científica e — por ser um trabalho minucioso — requer tempo, dedicação e atenção por parte de quem resolve empreendê-la.” (PIZZANI et al, 2012, p.53). Desta forma busca-se reunir um material minucioso acerca do tema pesquisado.

4. Resultados

Quando se trata de lançar políticas públicas direcionadas, há sempre dificuldades que o Estado terá que enfrentar. Para se alcançar uma forma de produção sustentável dos alimentos é necessário um gerenciamento ecológico de todos os recursos naturais visando sempre a alimentação de qualidade e não a alimentação para a exportação em grandes quantidades.

Há uma necessidade uma estratégia mais incisiva do poder público. Em nível nacional, local e regional ainda não há uma sistematização de políticas públicas direcionadas a alimentação e muito menos a sustentabilidade alimentar.

Também é necessário incentivar a população a se alimentar melhor, a fazer exercícios e a utilizar cada vez menos alimentos processados à medida que estes itens asseguram a saúde a todos. Por si só a população não tomará estas medidas sozinha, desta forma é necessário um apoio do governo para que estas iniciativas aconteçam.

A pandemia de Covid-19 desestabilizou o mundo todo. Todos os países foram afetados e desta forma, alguns grupos entraram para a marca da pobreza. Esta população vulnerável necessita de uma alimentação saudável para combater o vírus.

Para combater a fome no mundo será necessário um investimento na agricultura familiar, que é de mais fácil acesso em nível regional, assim se garante uma variedade nutricional e ainda incentiva a sustentabilidade na alimentação.

Um alimento sustentável deve sempre ser produzido em um meio que seja sustentável, ou seja, que não agrida tanto o meio ambiente e que se preocupe com a erosão do solo, poluição e o gasto excessivo dos recursos naturais como, por exemplo, a água. Desta forma, a alimentação sustentável auxilia no meio ambiente e auxilia na saúde do corpo humano já que contem menos agrotóxicos.

Para se ter uma alimentação sustentável deve-se focar na compra dos produtos, como por exemplo, comprando de pequenos produtores, como aqueles que integram a agricultura familiar.

A importância da segurança alimentar se dá pelo fato de que, garantindo que não há fome, há garantia de saúde e bem estar. Porém, a insegurança alimentar pode vir de vários fatores, como o socioeconômico, a falta de políticas públicas, fatores climáticos, pandemias, guerras, crises e degradação dos solos.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

É difícil garantir a segurança alimentar a todos os habitantes de um país. O dever do Estado é então assegurar o possível a todos. Como já dito anteriormente a segurança alimentar é um direito que está garantido na Constituição de 1988.

Existem três tipos de insegurança alimentar, cada qual com suas conseqüências. A insegurança alimentar leve diz respeito à falta de alguns alimentos de acordo com o clima ou com a época do ano.

Já a insegurança alimentar moderada diz respeito a uma limitação de alimentos que uma pessoa pode comprar, sendo assim um fator para a diminuição calórica e nutricional.

A insegurança alimentar aguda é a mais grave de todas e atinge aqueles que passam fome por mais de um dia.

Outra forma, além da implementação de políticas públicas governamentais em relação à fome, de se diminuir a insegurança alimentar no mundo e favorecer uma alimentação sustentável é focar em medidas que diminuam o desperdício de alimentos.

5. Conclusões

Os objetivos deste trabalho foram resolvidos à medida que o objetivo geral era abordar a relação da sustentabilidade com a alimentação. A sustentabilidade garante uma alimentação mais variada à mesa da população.

O sistema atual agrícola não favorece os pequenos produtores e sim a monocultura que é uma forma de exploração que agride o solo. Desta forma, se o governo propiciar alternativas de incentivo para a agricultura, favorecerá uma boa alimentação a toda sociedade.

Já o objetivo específico conceituar e classificar a alimentação sustentável foi concluído à medida que alimentação sustentável é uma forma de alimentação que visa o aproveitamento do alimento no nível familiar, na agricultura e pela sociedade.

O artigo também abordou a o panorama atual devido à pandemia e a crise econômica. A recessão afetou todos os países do globo, desta forma há um novo contingente de pessoas que estão se sentindo inseguras no quesito de alimentação.

E nos resultados, declarou a importância da segurança alimentar. Como já dito anteriormente neste trabalho, a segurança alimentar é importante à medida que garante uma boa qualidade de vida e uma boa resposta imunológica ao vírus causador da Covid-19.

Ainda hoje o sistema de monoculturas é o principal usado em todo o mundo. Este sistema agride terrivelmente o solo em que é cultivado e não favorece uma plantação focada nos valores nutricionais, pois são utilizados níveis alarmantes de agrotóxicos.

Os produtores utilizam as monoculturas porque visam o benefício econômico da exportação daqueles alimentos, mas este modo de produção acarreta em muitas conseqüências, sen-



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

do um modelo inapropriado para as futuras gerações que apresentam um cuidado maior com o planeta.

Os ecossistemas são destruídos por agricultores que desejam mais espaço para as suas plantações, há um esgotamento do solo que perde sua produtividade e se torna arenoso, e há a questão da população local não ser beneficiada já que este modelo de produção privilegia o Mercado exterior. É necessária então uma interferência do Estado com a criação de políticas públicas para o desenvolvimento de um modo de produção mais sustentável.

Conclui-se que a segurança alimentar e o direito a alimentação esta avançando no Brasil, porém, ainda existem desafios. A partir dos anos 90 há esta tentativa de auxiliar a população a obter alimentos de qualidade, mas o governo ainda está longe de garantir a todos o direito da alimentação saudável.

É necessário sempre estar combatendo a fome, mas sem esquecer-se da qualidade nutricional dos alimentos, que também deve ser incentivada.

7. Referências bibliográficas

- BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm> Acesso em: 14 out 2021.
- CONTE, I, I; BOFF, L, A. As crises mundiais e a produção de alimentos no Brasil. Revista Acta Scientiarum Human and Social Sciences. v.35, n.1. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/18497>> Acesso em: 14 out 2021.
- LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORIN, E. A Via para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 392p.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1ª ed. Distrito Federal: Brasília. 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf> Acesso em: 14 out 2021.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm> Acesso em: 14 out 2021.
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 14 out 2021.
- MALUF, R, S; MENEZES, F; VALENTE, F, L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. Revista Caderno de Debate. v. 4. 2021. Disponível em: <



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

[https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf)> Acesso em: 13 out 2021.

VISIGAN. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> Acesso em 14 out 2021.

OLIVEIRA, T, C; ABRANCHES, M, V; LANA, R, M. (In)Segurança alimentar no context da pandemia por SARS-CoV-2. Caderno Saúde Pública. v.36, n.4. 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n4/e00055220/pt/>> Acesso em: 14 out 2021.

OPAS-Organização Pan-Americana da Saúde. “Folha informativa –COVID-19”.Portal Eletrônico da OPAS[2020]. Disponível em<www.paho.org>.Acesso em: 02/07/2020

PIZZANI, L; SILVA, R, C; BELLO, S, F; HAYASHI, M, C, P, I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28> Acesso em 07 out 2021.

Serão aceitos somente os trabalhos que utilizarem este *template*, forem salvos no formato PDF e submetidos em duas versões: com e sem a identificação dos autores.